

PROMOVENDO O PLANEJAMENTO FAMILIAR POR MEIO DE ATIVIDADES EDUCATIVAS PARA MULHERES EM COMUNIDADE RIBEIRINHA-AM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luciene Rodrigues Barbosa¹.

¹Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, São Paulo, São Paulo. <http://lattes.cnpq.br/2146096901386355>

PALAVRAS-CHAVE: Saúde sexual e reprodutiva. Educação em Saúde. Mulheres.

ÁREA TEMÁTICA: Educação em saúde

DOI: 10.47094/IICOLUBRASC.2024/RE/10

INTRODUÇÃO

Na atualidade, o planejamento familiar emerge como um tema de extrema importância para a saúde pública, especialmente em comunidades onde as mulheres frequentemente enfrentam desafios em relação ao número elevado de filhos. O acesso inadequado a serviços de saúde, a falta de informações e as limitações socioculturais dificultam a autonomia das mulheres na tomada de decisões reprodutivas, o que pode levar a gravidezes não planejadas e a sobrecarga familiar (REIS, 2021). Apesar dos esforços para ampliar a oferta de métodos contraceptivos e promover a educação em saúde reprodutiva, muitas mulheres ainda se sentem desamparadas ao lidar com os profissionais de saúde, sobretudo devido à ausência de estratégias que levem em conta suas realidades socioeconômicas e suas condições de vida.

Nesse contexto, a atuação de equipes multiprofissionais na atenção primária é essencial para garantir que o planejamento familiar seja abordado de maneira integral e respeitosa, considerando as especificidades culturais e sociais das populações atendidas. Assim, as políticas de saúde devem priorizar um enfoque que promova a autonomia das mulheres, oferecendo suporte informativo e emocional para que possam tomar decisões conscientes e embasadas sobre o número de filhos que desejam ter. É necessário que as intervenções em planejamento familiar sejam culturalmente adequadas, valorizando o diálogo e a corresponsabilização dos parceiros e da família no processo de planejamento reprodutivo.

Em comunidades vulneráveis, como as rurais ou ribeirinhas, a multiplicidade de fatores que afetam o planejamento familiar inclui não apenas a falta de acesso aos serviços de saúde, mas também a influência de crenças religiosas e culturais que impactam a percepção sobre o uso de métodos contraceptivos. Esse contexto exige dos profissionais de saúde uma abordagem que não apenas ofereça informações técnicas, mas que também respeite as percepções e os valores das mulheres e de suas famílias, promovendo um

cuidado sensível e acolhedor.

Diante disso, a Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural, desenvolvida por Madeleine Leininger, é uma importante referência para orientar a prática de enfermagem no contexto do planejamento familiar. A teoria propõe que o estado de saúde e bem-estar das pessoas é influenciado por suas visões de mundo, por suas crenças e pelas estruturas sociais em que vivem (Lévi-Strauss, 2003). Dessa forma, o cuidado deve ser culturalmente congruente, adaptando-se às necessidades e expectativas de cada mulher, especialmente em relação às suas escolhas reprodutivas.

Para que essas abordagens realmente fundamentem a prática profissional, é necessário que os conceitos sejam aplicados de forma contínua e sistemática, ajustando-se conforme novas demandas e contextos surgem.

OBJETIVO

Este estudo busca relatar a experiência de profissionais de enfermagem na promoção do planejamento familiar ressaltando a importância de práticas educativas que incorporem elementos culturais e sociais, com mulheres cadastrados e acompanhados de uma Unidade de Saúde da Família no Agrovila do Caburí, no Município de Parintins, Amazonas, Brasil.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência de natureza descritiva, realizado por uma equipe de enfermagem com um grupo de mulheres com muitos filhos, atendidas em uma Unidade de Saúde da Família (USF) localizada em uma comunidade ribeirinha no município de Parintins-AM. Por se tratar de um relato de experiência, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Os critérios de inclusão consideraram mulheres em idade reprodutiva, com ou sem filhos e que estavam cadastradas e acompanhadas pela USF. Os critérios de exclusão foram aplicados às mulheres que não residiam na área de abrangência da unidade de saúde ou que já haviam passado por procedimentos de esterilização permanente. Durante o acompanhamento, foi utilizado um enfoque educativo, com ênfase no planejamento familiar e no fortalecimento da autonomia das participantes para o uso consciente de métodos contraceptivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que as participantes eram 100% do sexo feminino, com idades variando entre 14 e 45 anos. Do total, 70% apresentavam três ou mais filhos, 50% relataram ter concluído apenas o ensino fundamental e 30% tinham ensino médio completo.

As atividades educativas realizadas incluíram palestras interativas sobre métodos contraceptivos, enfatizando a importância do planejamento familiar para a saúde e o bem-estar das mulheres e suas famílias. Durante as atividades, foram utilizados materiais educativos, como folders informativos e modelos anatômicos, para demonstrar o uso correto de métodos como preservativos masculinos e femininos, além de abordagens práticas para o uso de dispositivos intrauterinos (DIU) e anticoncepcionais hormonais.

Além das palestras, foram conduzidas simulações e jogos educativos, nos quais as participantes foram incentivadas a resolver situações-problema, como a negociação do uso de preservativos com os parceiros. Nessas atividades, um jogo de perguntas e respostas, similar ao estilo de um “quiz”, foi utilizado para reforçar o conteúdo apresentado, promovendo a troca de conhecimentos e a consolidação do aprendizado.

Observou-se que a relação entre as participantes e os profissionais de saúde foi marcada por respeito e interação positiva. As mulheres demonstraram interesse em discutir abertamente suas dúvidas e experiências, o que favoreceu um ambiente de confiança e apoio mútuo. As dinâmicas de grupo, como as rodas de conversa e a simulação de diálogos para negociar o uso da camisinha, permitiram que as participantes compartilhassem suas dificuldades e receios, contribuindo para um aprendizado mais significativo.

O uso de metodologias ativas, como jogos e simulações, mostrou-se eficaz para engajar as participantes, promovendo a participação ativa e o desenvolvimento de habilidades práticas. Durante as atividades, as mulheres relataram que muitas vezes se sentiam inseguras para falar sobre métodos contraceptivos com seus parceiros, especialmente no que se refere ao uso da camisinha. Ao simular essas situações em um ambiente controlado e acolhedor, foi possível fortalecer a confiança e a capacidade de lidar com essas conversas de maneira mais assertiva (SILVA, 2024; GAMA et al., 2018).

Quanto ao uso de métodos contraceptivos, observou-se que, apesar de todas terem conhecimento sobre a pílula anticoncepcional, apenas 50% das mulheres utilizavam algum método de maneira regular. A falta de adesão foi atribuída a fatores como crenças culturais, medo de efeitos colaterais e falta de apoio familiar. As atividades educativas buscaram, portanto, desconstruir mitos e fornecer informações claras e baseadas em evidências sobre os benefícios e limitações de cada método.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades educativas, realizadas por meio de palestras, simulações e jogos, mostraram-se estratégias valiosas para promover o planejamento familiar e ampliar o conhecimento das mulheres sobre métodos contraceptivos. A abordagem dialógica e interativa favoreceu a construção de um ambiente acolhedor, no qual as participantes puderam expressar suas preocupações e esclarecer dúvidas. Constatou-se que a combinação de diferentes metodologias educativas ajudou a fortalecer a autonomia das

mulheres no processo de tomada de decisão sobre suas escolhas reprodutivas e no uso de métodos de barreira, como a camisinha.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Lévi-Strauss C. **A eficácia simbólica**. In: Lévi-Strauss C, organizador. Antropologia Estrutural. Tempo Brasileiro; 2003: 215-36. (6a ed.).

GAMA ASM, Fernandes TG, Parente RCP, Secoli SR. Inquérito de saúde em comunidades ribeirinhas do Amazonas, Brasil. **Cad Saúde Pública** [Internet]. 2018;34(2):e00002817. Available from: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00002817>

SILVA, Cristiane Ferreira da. **Saberes e práticas das parteiras indígenas: possibilidades de inclusão na saúde indígena do DSEI Alto Rio Solimões**, Amazonas. 2024. 184 f. Dissertação (Mestrado em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia) - Instituto Leônidas & Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, 2024.

REIS, Ana Elizabeth Sousa. **Acesso e fluxos da população ribeirinha aos serviços de saúde no município de Parintins-AM: uma abordagem participativa**. 2021. 113 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Instituto Leônidas e Maria Deane, Fundação Oswaldo Cruz, Manaus, 2021.